

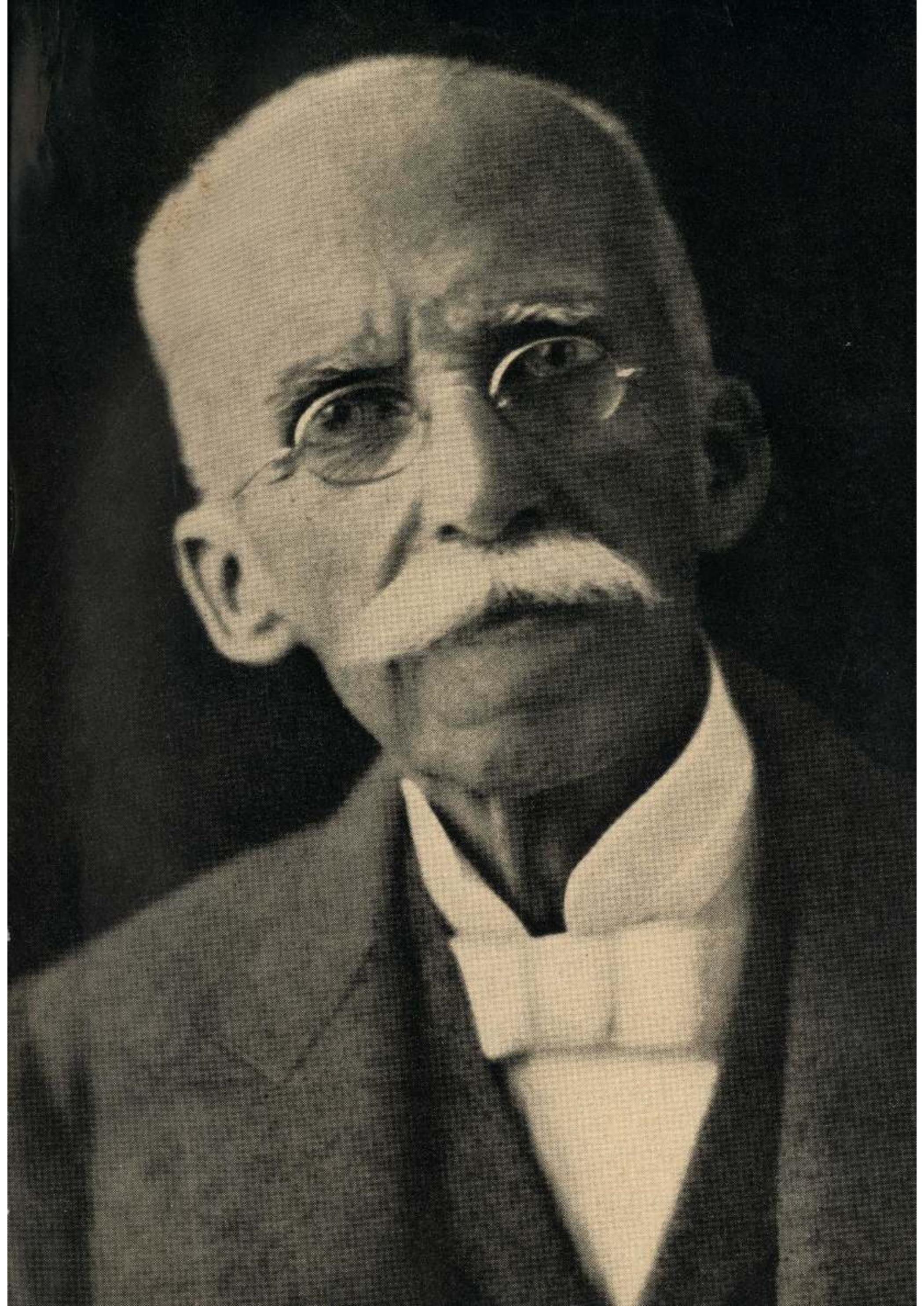
HOMENAGEM

DA

FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ

A

RUI BARBOSA



RUI BARBOSA (*)

DOLOR BARREIRA

Catedrático de Direito Civil

Por ocasião das festas com que o Brasil celebrou o jubileu de Rui Barbosa, João Ribeiro escreveu estas altíloquas e sentenciosas palavras: “E’ coisa rara que todo um povo se reúna para abençoar uma vida. E é coisa ainda mais rara, em gentes descontinuas e dispersas, sem contacto, por um mundo infinito de terras, que até aos seus confins longínquos vibre unísono êsse hino de louvor ao grande homem.

Nenhuma lei, a não ser a da gravitação, que sobreleva a tôdas, poderia explicar êsse influxo, a tôdas as distâncias, próximo ou remoto, mas sempre perpétuo, inevitável e seguro. E foi bem que chamassem *Sol* ao espírito que origina tamanha fascinação”.

E acrescentava o dificilmente imitável lapidário das *Páginas de Estética*: “Quaisquer que sejam as nossas restrições, a divergência dos nossos afetos, ou o caráter das nossas predileções, não é possível escurecer ou negar a grandeza e a significação do momento; porque o engano é aqui impossível; o consenso e o clamor de milhões de vozes formam incontrastável evidência”.

É que—esclarecia João Ribeiro—tanto quanto podia ser, o Brasil reconhecia em Rui Barbosa, naquele inolvidável momento histórico, o seu grande homem.

(*) Conferência pronunciada na Faculdade de Direito do Ceará, no dia 5 de Novembro de 1949.

E ainda acentuava: “São morredouros, efêmeros e frágeis os queixumes e relutâncias que êle desperta; e cairão pelo caminho, como folhas outoniças e inúteis, ao passo que a grande árvore crescerá ainda desafiando os séculos”.

Não exprimem outra coisa, senhores, as rumorosas e pompeantes homenagens e comemorações com que o Brasil, de um a outro de seus extremos, na mais eloquente e expressiva das unanimidades, exalça e magnifica a Rui Barbosa, agora que transcorre o centenário do seu nascimento.

E’ que o país, mais do que nunca, vislumbra e entreenxerga no seu sobreeminente filho o seu grande homem—*morto ainda maior do que vivo*, no dizer de Henrique III, em referência ao duque de Guise, e que o próprio Rui aplicou a José Bonifácio, o moço, quando tentava “medir o gigante pelo vasto rasgão sombrio que o seu desaparecimento abriu no disco da pátria”.

E’ que, mais do que nunca, fazendo nosso o assêrto do *Discípulo amado*, ainda agora da mais flagrante atualidade, “nos dias sombrios que atravessamos, em meio a noite densa, Rui Barbosa vive em nossa alma e enche com a sua presença o espaço moral da nação”.

Mais do que nunca, nessa desordem que envolve e subverte a civilização, “seus ensinamentos nos inspiram, seus exemplos nos alentam, suas palavras nos inflamam”.

Mais do que nunca, por isso mesmo, “Rui está presente, e, como sempre, nos comanda”.

Glorifiquemo-lo! Ao *Homem-Sol* todos os galardões, tôdas as honras, tôdas as bênçãos! *Sursum corda!*

Senhores :

Rui Barbosa, melhor do que o faria o melhor dos seus críticos, fêz a sua mais perfeita auto-definição.

Foi isso em 1903, no discurso do “Colégio Anchieta”, em

Nova Friburgo, paraninfando os bacharéis em ciências e letras que, então, aí colaram grau.

Nesse discurso famoso, em que expôs longamente as suas idéias sôbre a liberdade religiosa, disse o grande orador: “Quando me consulto a mim mesmo, no mais recôndito exame, forcejando atinar em que teria eu merecido algum aprêço dos meus compatriícios, e por que vos inspirara tais simpatias, não acho a meu crédito senão três modestas verbas. Caso, postos de parte os descontos humanos, houvessem de condensar numa síntese o meu *curriculum vitae*, e do meu naufrágio salvassem alguns restos, tudo se teria, talvez, resumido com dizer: “Estremeceu a pátria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal”.

Estas palavras, que, em verdade, lhe sintetizam a vida, encarada até o momento em que as emitiu, como dali por diante, até a morte, poderiam — como nota Batista Pereira — ser-lhe o melhor dos epitáfios.

Senhores :

Rui Barbosa estremeceu a pátria. Estremeceu-a, servindo-a, estrénua, religiosa e diuturnamente.

E serviu-a, sobretudo e de maneira especial, no jornalismo e na tribuna, pela letra de fôrma e pela palavra falada.

Antes, todavia, senhores, de documentar a nossa afirmativa — e circunscrevendo-nos ao jornal — vejamos como êle mesmo o conceituou e lhe retraçou, com mão de mestre, o altíssimo significado, quando, em 1889, no artigo “*O nosso rumo*”, do “*Diário de Notícias*”, escreveu: “Tudo o que merece durar, na constituição de um povo, recompõe-se, e tonifica-se pela publicidade, que encerra em si o princípio regulador das funções da vida no organismo dos Estados. Por ela se distribui ao corpo social a nutrição reparadora, e se eliminam os resíduos tóxicos, elaborados no processo de renovação vital. Tôda a restrição à publicidade importa, logo, em embaraço de circulação.

Dela depende inteiramente a hygiene dos povos e o saneamento dos governos.

É, pois, a garantia conservadora por excelência”.

Mas, logo em seguida, fazendo a grande distinção, a distinção essencial que lhe norteou, sempre que as exerceu, as atividades de jornalista, dizia — “contanto que seja plena e ampla”.

E acrescentava: “Perigos são os que esconde a meia publicidade, timorata e intermitente, de semi-revelações e semi-reservas, de arremetidas e recuadas alternativas, que enfraquece os seus instrumentos, desacreditando-os, e expõe a nação a surpresas, dissimulando crises, que um sistema de prudência imprudentíssima engravece, ou acelera.

A essa claridade de lampada furta-fogo, cujos raios discretos evitam as responsabilidades mais altas; a essa publicidade reticente, indecisa, crepuscular convém afoitamente opor a grande publicidade meridiana, que desce, como o sol em pino, desde as agulhas até o fundo dos algares, e equivale, para as nações livres, à resplandecência do dia tropical para as criações vigorosas da natureza.

Tal a nossa publicidade, a que nos atrai, aquela a que nos consagramos e que diligenciaremos servir com devoção ao lado dos que a exercem com mestria”.

Mais tarde, já na República, em 1898, no artigo “*Projetos e Esperanças*”, estampado em “*A Imprensa*” da qual era então redator-chefe, e que, segundo alguém observou, constituiu o apogeu de Rui Barbosa como jornalista, assim ainda escreveu êle: “Embora as maiores instituições humanas se alienem ou enxovalhem, resta-nos sempre uma, tão nova nos lábios de Gladstone como nos de Péricles: a instituição divina da palavra, capaz só por só de reconquistar tôdas as outras, quando associada à misteriosa onipotência da verdade.

Tiraram-lhe a majestade da tribuna, pela qual os parlamentos governam. Mas ficou-lhe a imprensa, que se impõe aos

governos, domina os parlamentos e instrui os povos. Considerada como órgão desta função avulta incomparável, no mundo moderno, a sua grandeza. E é assim que a consideramos, que o seu prestígio nos fascina, que a sua beleza nos deslumbra, que a sua missão nos atrai, que as temeridades, os sacrifícios, os perigos da sua comunhão nos acenam, ainda hoje, com uma sedução diversa, mas às vêzes não menos viva que a de vinte e sete anos atrás, quando o jornalismo arrebatou pela primeira vez, no seu torvelinho, a nossa mocidade”.

No mesmo memorável artigo se registam os seguintes inestimáveis tópicos: “Ninguém serviu, conheceu ou encarnou melhor em si êste instrumento de educação nacional (referia-se à imprensa) do que aquêle jornalista francês, de quem tanto se tem repetido as palavras: “O jornalismo é um sacerdócio”.

“As nações mais bem governadas são exatamente aquelas onde maior é a frutificação e a pujança do jornalismo, flora intelectual, que não medra, renovando o oxigênio à atmosfera política, e absorvendo-lhe os elementos irrespiráveis, senão nas regiões onde o gênero humano desenvolve os seus melhores espécimens”.

“Com ser dos jornalistas comparativamente moços”, escrevia, em 1886, o célebre Mr. Stead, tenho visto gabinetes derribados, ministros destituídos, leis revogadas, iniciadas grandes reformas, transformados projetos parlamentares, refundidos orçamentos, modificados programas, instituições adotadas, gerais e governadores nomeados, exércitos enviados nesta ou naquela direção, a guerra proclamada e celebrada a paz, mercê das fôlhas públicas. Havia em ação outros fatores, mas a propulsão dominante, a iniciativa original, o espírito dirigente em todos êsses casos há de buscar-se antes no santuário editorial dos jornais que em Downing Street”.

“Cuidado com aquela *Pall Mall Gazette*! gracejava Gladstone, em 1874, com um ministro conservador. Ela deu comigo em terra; sentido que vos não faça o mesmo”.

Rui Barbosa, de resto, distinguia a imprensa má da sã imprensa. A imprensa verdadeira e benéfica, da imprensa falsa e negativa.

Na sua conferência "*A imprensa e o dever da verdade*", escrita em benefício do "*Abrigo dos Filhos do Povo*", da Bahia, mas não proferida, porque a morte o prostrou antes de fazê-lo, depois de dizer: "A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça", explica: "o ótimo facilmente desanda, aqui, no péssimo. Quanto maior o bem, maior o mal, que da sua inversão procede.

Nada mais útil às nações do que a imprensa na lisura da sua missão.

Nada mais nefasto do que ela mesma na transposição do seu papel.

Se o fiel der em ladrão, não haverá, neste mundo, ladrão tão perigoso.

Porque bem poucos são os que dos seus guardas se guardam. *Quis custodiet custodes?* Sendo êles os a quem se confia a chave ou a vigilância da caixa, em se lhes inclinando o ânimo à prevaricação, o remédio chegará tarde, quando a malversão já houver levado os malversadores ao senhorío, e reduzido à sujeição os enganados.

Todo o bem que se haja dito e se disser da imprensa ainda será pouco, se a considerarmos livre, isenta e moralizada. Moralizada, não transige com os abusos. Isenta, não cede às seduções. Livre, não teme os potentados.

Na sua liberdade, já em 1688, via o parlamento da Inglaterra "o único recurso pronto e certo contra os maus". E não exagerava. Como não exagerou Sieyès, dizendo que "não há li-

berdade sem a da imprensa". Como não exagerou Royer-Collard, em dizer que "a imprensa, ainda mais que necessidade política, é uma necessidade social".

Como não exagerou quem disse que a imprensa é a garantia de tôdas as garantias. Como não me parece ter exagerado quem escreveu que a civilização, extinto o jornalismo, nos daria a impressão de um como fim do mundo.

Mas, se não há demasia em tantas e tais homenagens (nem lhas terá ninguém rendido mais do que eu) e se os direitos desta instituição providencial vão ao ponto de entenderem, num país de bom senso como a Grã Bretanha, estadistas do gênio de Pitt que "à imprensa deve tocar o encargo de se corrigir a si própria", — por isso mesmo não há, para qualquer sociedade, maior desgraça que a de uma imprensa deteriorada, servilizada ou mercantilizada".

E, *dilucidando quais os amigos da imprensa*, salientava: "nem o exímio publicista alemão (Wuttke), arcando contra essas pústulas do bismarquismo na sua obra de prussianizar os estados alemães, cuidou jamais que desservisse o jornalismo, quando lhe levava a lanceta aos tecidos em grangrena. "Com o revelar de todos esses abusos, que eu tenho trazido à luz, e sondado tão a fundo mediante estas pesquisas, o que sempre tomei a peito, é dar resalto aos direitos da imprensa e à importância dos jornalistas".

Da mesma convicção (concluía Rui Barbosa) estou eu possuído, quando insisto em reagir contra a lepra, com que a política dos nossos dias está grassando o jornalismo brasileiro. Tenho certeza, adquirida na experiência do mundo inteiro, que êste mal de môfo e báfio, criado na sombra e no charco, não se cura senão a poder de ar livre e luz solar. E' obra da mentira; e a mentira não se medica homeopàticamente, com os seus semelhantes. O remédio da mentira está na verdade. A república entre nós se consagrou ao culto da mentira. Só nos salvaremos, opondo a essa idolatria a religião da verdade".

E grita aos quatro ventos, numa verdadeira profissão de fé jornalística: “Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade.

Cara nos é a pátria; a liberdade, mais cara; mas a verdade, mais cara que tudo. *Pátria cara; carior, Libertas; Veritas, carissima.* Damos a vida pela pátria. Deixamos a pátria pela liberdade. Mas pátria e liberdade renunciemos pela verdade. Porque esta é o mais santo de todos os amores. Os outros são da terra e do tempo. Êste vem do céu e vai à eternidade”.

Ora, êsse jornalismo extreme e sadio, todo êle envolvido em idéais e princípios de que o jornalista, tal qual um apóstolo, esteve sempre abeberado e em que nunca tergiversou ou transigiu, carregados como se achassem os horisontes, êsse jornalismo “de dizer a verdade sem rebuço, nem tática”, praticou-o Rui Barbosa sem interrupção ou desfalecimento durante a vida inteira.

Estudante, na gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo, onde se bacharelou em 1870, tendo pertencido à turma que, na frase de Spencer Vampré, havia de ficar ali para sempre memorada, redigiu o jornal “*A Independência*”, político e literário, ao lado de Castro Alves, Martim Cabral, Carvalho Moreira, Pimenta Bueno e outros.

Ainda estudante, na mesma Escola jurídica, redigiu, em 1869, o jornal acadêmico “*O Radical Paulistano*”, órgão do *Partido Radical*, onde os liberais vazavam as suas opiniões e onde terçaram armas, juntamente com Rui Barbosa, Américo de Campos, Luís Gama, “o sublime boêmio da redenção dos cativos”, os irmãos Pamplonas, Benedito Otoni e outros talentos da Academia.

Como êle mesmo esclarece no discurso proferido na Biblioteca Nacional e com que respondeu às saudações dos baianos, através das palavras cintilantes de Constâncio Alves, nas festas do seu jubileu, por sete ou oito anos, a começar de 1872, redigiu, com outros, o “*Diário da Baía*”; em 1889, “*O Diário de Notí-*

cias”; em 1893, o “*Jornal do Brasil*”; durante o govêrno Campos Sales, “*A Imprensa*”, que fundou, e, ao tempo do marechal Hermes, outra vez, “*O Diário de Notícias*”, então restabelecido.

Não serão, além disso, obra de puro e indefectível jornalismo, de jornalismo no seu mais alto sentido, esses magistrais *vinte e um artigos* de análise, interpretação e crítica constitucional, escritos a propósito do acórdão do Supremo Tribunal Federal que denegou o *habeas-corpus* requerido a favor das vítimas dos decretos de 10 e 12 de abril, e que foram estampados n’ *O País*, em maio e junho de 1892, e posteriormente enfeixados no livro que se chamou *O Estado de Sítio, sua natureza, seus efeitos, seus limites?*

Não o serão, igualmente, as monumentais cartas, na sua própria expressão, — “pensamentos do exílio, de que eu me separava, como a árvore se despede das fôlhas, que não voltam” — as quais apareceram em 1895, nas primeiras colunas do “*Jornal do Comércio*”, a convite de cuja redação foram escritas, constituindo, mais tarde, as chamadas “*Cartas de Inglaterra*”, por entre cujas páginas freme, em impetuosas e incontidas vibrações, a sua congenial aversão à opressão, à injustiça e ao despotismo, seja qual for a sua natureza, vendo-se nelas, a todo o momento, como diria José Maria Belo, o liberal inglês, o velho whig, admirador de Gladstone, com o seu grande sonho de liberdade, de justiça e de paz entre os homens e as nações ?

Não o será, da mesma sorte, a substanciosa série de artigos de doutrina jurídico-constitucional, aparecidos em 1920 n’ *O Imparcial* e depois convertidos no livro que se intitulou *O art. 6.º da Constituição e A Intervenção de 1920 na Baía ?*

Rui Barbosa, com ter sido orador, jurista e advogado, crítico, moralista, economista e filólogo, e com se nos afigurar “sempre o primeiro entre todos”, “por tôdas essas regiões da inteligência e da cultura humana que ele perlustrou”, de maneira que, no dizer de João Mangabeira, “na constelação daquela glória, não será fácil precisar o foco luminoso, predominante pela

intensidade da sua fôrça ou a projeção sidérea do seu brilho”, com ter sido assim tudo isso (Batista Preira disse — Rui é um mundo —), foi, ao nosso parecer, sobretudo e num como que incompressível imperativo da vocação, o jornalista, jornalista com J grande, no seu alto e lídimo sentido.

Senhores :

Refere Rui Barbosa, no seu discurso de 1895, no “*Jornal do Comércio*”, que Chateaubriand, de quem diz que era “o grande poeta, o grande artista, o grande regenerador literário, o maior dos modernos escritores franceses, o homem que escrevera *O Gênio do Cristianismo*, traduzira Milton e arrostara Bonaparte”, comparecendo, em 1833, à barra do júri, assim se qualificava: “Acusado, vosso nomes?—Francisco Renato, Visconde de Chateaubriand. — Vossa profissão? — Jornalista”.

E a esta resposta faz, no mesmo discurso, o seguinte comentário : “Tão múltipla era a sua atividade, em tantas esferas da inteligência, era primaz o escritor, o historiador, o diplomata, o administrador, o antigo Par de França, tantos títulos tinha, e de todos se esqueceu para se condecorar, perante os juízes, com o de simples jornalista”.

Se tivesse, o grande brasileiro, de comparecer ao júri da posteridade, não me parece que me engane afirmando que era da mesma forma que êle se qualificaria: “Seu nome? — Rui Barbosa. — Sua profissão? — Jornalista”.

Dessa profissão, de mais a mais, falava com orgulho um dos mais gloriosos estadistas modernos, o Conde de Cavour, dizendo: “*Anch’io sono stato giornalista, e me ne onoro*”, e lhe atribuía a ela a cultura da sua vocação para o govêrno do Estado: “*Se non fosse stato giornalista, non sarei divenuto uomo político*”.

O próprio Rui Barbosa, perfilando-se em face da história, e traçando aos posteros a sua diretriz de homem público, por estes

termos se expressava no memorável e prefalado discurso do “*Jornal do Comércio*” : “Das minhas idéias fixas, a que menos tem variado é esta: a do jornalismo. Por ela pincipiou muito cedo a minha vida. Para ela tem tendido muitas vêzes insistentemente. E agora mesmo, na extinção precoce das minhas aspirações públicas, se alguma pudesse bruxolear ainda, seria a de abrir essa janela de minha alma, por onde me acostumei, durante tanto tempo, a conversar tôdas as manhãs, para a rua, com os meus compatriotas, na mesma plenitude de franqueza com que se me dirigisse para dentro de mim mesmo”.

Nem se perca de vista que, tirante a sua obra de advogado, no pretório e fora dêle, e a de orador, na tribuna do parlamento, na tribuna das conferências e na tribuna popular, quase tudo o mais pertence ao jornal.

Pois bem, senhores: — e agora começa a documentação concreta daquele auto-retrato — Rui Barbosa serviu á pátria, constituindo-se, pelo jornal, um dos principais fautores da emancipação dos escravos no Brasil.

Como acentua, em frase tersa e incisiva, mestre João Ribeiro, êle foi “uma das colunas imponderáveis que destruíram a escravidão e varreram para sempre a terrível lepra.”

Já em artigo, publicado em 1869, no “*Radical Paulistano*”, Rui clamava: “A abolição da escravidão, quer o govêrno queira, quer não, há de ser efetuada num futuro próximo” — informa-nos Mozart Monteiro, e ajunta: “Era a visão de um futuro grande estadista que se manifestava num rapaz genial de 20 anos. Nessa ocasião não havia nem sequer a Lei do Ventre-Livre, e o visconde do Rio Branco, — um ano antes, em 1868, no Conselho de Estado, ainda não aceitava a liberdade dos nascituros sem indenização.”

De 1872 a 1879, Rui Barbosa, que, ao lado de velhos mestres como o Conselheiro Sousa Dantas, o Conselheiro Leão Veloso, pai, e Belarmino Barreto, trabalhou, como se viu, na redação do “*Diário da Baía*”, transformou as colunas do notável e tra-

dicional periódico em tribuna “de onde pregavam tôdas as idéias generosas de abolicionismo, que levariam o país à República”.

E’ nesse velho jornal que, entre outros publica o magnífico folhetim intitulado “*Pelos Escravos*”, o qual, segundo observação lida algures, “desperta maior rumor em tórno do seu nome, sendo por todos classificado de extraordinário êsse cérebro de 26 anos, onde tais assombros se produziam”.

Em 1884, publica Rui Barbosa, no “*Jornal do Comércio*” — pois ainda não tinha, no Rio de Janeiro, jornal seu — uma enfiada de artigos, infelizmente não reunidos em volume, os quais versavam sôbre o *abolicionismo*, baseando ampla e irrefutável defesa do seu projeto relativo à *Emancipação dos Escravos*, formulado a pedido do Conselheiro Dantas, onde o vigoroso articulista se encobre e oculta sob o significativo pseudônimo de *Lincoln*.

De 1884 a 1888, Rui Barbosa, em plena luta abolicionista, sustentada com devotamento e eloquência pela imprensa, se desdobra de modo tal em artigos e panfletos, que Patrocínio chegou a proclamar que “Deus acendera um vulcão na cabeça de Rui Barbosa”.

Na solução do secular problema, o insigne patriota também serviu à pátria pela tribuna, a do parlamento como a do povo. Esta última através das suas sensacionais conferências a respeito de uma das quais, a que foi lida no Politeama da Côrte, Patrocínio dizia, no dia seguinte, que “nunca se pronunciara coisa igual”, asseverando, de sua parte, Quintino Bocaiúva, pelas colunas d’ *O País*, que “a eloquência brasileira havia subido naquele dia à mesma altura dos melhores discursos de Cícero e Demóstenes”.

Como conclui João Ribeiro, bastar-lhe-ia a vitória da causa abolicionista, “de que foi um dos grandes capitães, para lhe encher de louros a cabeça”.

Mas a abolição, que foi o tórmo do idealismo para Nabuco, Joaquim Serra, Luiz Gama e Patrocínio, foi para Rui Bar-

bosa — faz sentir, demais, João Ribeiro, — apenas a primeira, ainda que enorme, vitória liberal.

Com efeito, Rui Barbosa serviu do mesmo modo à pátria (ou pelo menos pensava, em sã consciência, que a servia) procurando, de comêço, no seu próprio dizer, *republicanizar* a monarquia com a federalização das províncias, e depois, como os partidos e a coroa se obstinassem em dar ouvidos de mercador ao aviso — *Federação ou Revolução! Federação ou República!* — repetido, dia a dia, de março a novembro de 1889, pelo “*Diário de Notícias*”, sendo irresistivelmente levado, êle que era um liberal monárquico, à república, única que poderia, no seu enleio cívico, dar realidade aos seus ideais.

E então, esboroado o trono e triunfante a revolução, serviu ainda à pátria, organizando a República, dando-lhe constituição e legislando para ela. Foi êle, na prosa sempre límpida de João Ribeiro, “quem lhe delineou as feições, quem ordenou e ampliou as liberdades e traçou a sua órbita jurídica.”

Foi o seu “construtor”.

Senhores :

Rui Barbosa viveu no trabalho.

Êle mesmo, aludindo ao trabalho, declarou, na nunca assaz celebrada oração do *Colégio Anchieta*: “o patriotismo, praticamente, consiste, sobretudo, no trabalho. *Laboremus*, murmurava, expirando, o imperador romano”.

E ajuntava, mais adiante: “Mas o trabalho é rude, às vêzes desabrido, ferrenho, desconversável: não lisonjeia os seus neófitos, não ameniza as suas durezas, não condescende com as nossas debilidades.

Mas é preciso encará-lo serenamente. Não conheceis êsses corações meigos, francos, donosos, que um córtex de árvore enrugada e sombria oculta aos olhos vulgares? Insistí, familiarizai-vos e acabareis vendo, afinal, como o sobreceño se des-

franze, a aridez se orvalha, o amargor se adoça, e de onde se ouriçava de obstáculos e antipatias a crespidão impenetrável começam a soabrir inesperados favos, a abrolhar surpresas, a distilar mimos, a se tramar subtilmente de liames e carícias inefáveis a rêde que nos enlaça para sempre nas suas malhas.

Fêz-se carne da vossa carne: entrou da epiderme ao músculo, do músculo ao nervo, do nervo à medula, ao coração, ao tecido pulmonar, ao oxigênio do sangue, à célula cerebral, ramificando os fios imperceptíveis de vaso em vaso, entretecendo-os de fibra a fibra, atravessando-os de glóbulo em glóbulo, até se implantar em nós inseparavelmente, como a mais orgânica das nossas necessidades e o mais generalizado elemento da nossa vida. Eis o trabalho — rematava o excelso tribuno — como eu o amo, como eu o sinto, como é mister, para regenerar o homem e para transformar os povos”.

Assim entendido o trabalho, como atividade intelectual permanente, diuturna, ininterrupta e infatigável, Rui Barbosa trabalhou tôda a vida, desde os tempos acadêmicos, em São Paulo, até pouco antes de exalar o último alento, por entre estas derradeiras palavras, que os circunstantes recolheram, dirigidas a Deus: “Tende compaixão dos meus padecimentos”.

Como o de Gray, podia ser êste o seu lema: “Estar ocupado é ser feliz”.

Começava a trabalhar muito antes de nascer o dia.

Êle mesmo, na sua chamada *Oração aos Moços*, fez estas preciosas revelações: “Do que tenho sabido, a maior parte devo às manhãs e madrugadas”.

E, prosseguindo, insistia: “Ao que devo, sim, o melhor dos frutos do meu trabalho, a relativa exabundância de sua fertilidade, a parte mais produtiva e durável da sua safra, é às minhas madrugadas.

Menino, ainda, assim que entrei no colégio, alvitrei eu mesmo a conveniência dêsse costume, e daí avante o observei, sem cessar, tôda a minha vida. Eduquei nêle o meu cérebro, a

ponto de madrugar exatamente à hora, que comigo mesmo assentara, ao dormir.

Sucedia, muito a miúdo, encetar eu a minha banca de estudo, à uma ou às duas da ante-manhã. Muitas vêzes me mandava meu pai volver ao leito; e eu fazia apenas que lhe obedecia, tornando, logo após, áquelas amadas lucubrações, as de que me lembro com mais doces saudades.

Tenho ainda hoje a convicção de que nessa observância persistente está o segrêdo feliz, não só das minhas vitórias no trabalho, mas de quantas vantagens alcancei jamais levar aos meus concorrentes, em todo o andar dos anos, até a velhice. Muito há que já não subtraio tanto às horas da cama, para acrescentar às do estudo. Mas o sistema ainda perdura, bem que largamente cerceado em suas imoderações. Até agora, nunca o sol deu comigo deitado, e, ainda hoje, um dos meus raros e modestos desvanecimentos é o de ser um grande madrugador, madrugador impenitente”.

Nem a doença lhe interrompia o trabalho. Trabalhava doente.

Como é sabido, o discurso de saudação a Anatole France, em 1909, na Academia Brasileira de Letras, discurso que o grande romancista gaulês considerou “*une page charmante de littérature française*”, “*une merveille*”, foi escrito aos pedaços e às vêzes ditado em francês, estando Rui Barbosa com uma terrível dor de cabeça.

A Conferência que realizou na Associação Comercial do Rio de Janeiro, primeira da série na campanha presidencial Rui *versus* Epitácio, foi também escrita no leito, encontrando-se Rui Barbosa com gripe e em estado febril que se elevava a mais de 39 graus.

A *Oração aos Moços*, escrita durante a Semana Santa, e a primeira parte da qual ao som de um órgão, tocado em uma igreja protestante, que existia na Avenida Ipiranga, em Petró-

polis, defronte da casa de Rui Barbosa, êle escreveu deitado, numa das suas gripes e com febre, embora branda.

Começando a convalescer, ainda alquebrado, o grande homem ditou parte e escreveu outra parte da "Introdução" ao primeiro volume da "*Queda do Império*".

O fato é que foi a faina tal, a tão incessante labor para o qual nunca houve fadiga nem descorçoamento, que a cultura brasileira deveu tôda essa obra que, na estimativa de Clóvis Beviláqua, orça por quase cento e vinte volumes, e onde Rui Barbosa se revelou aos seus contemporâneos, polimòrficamente, através das mais variadas facetas: o educacionista, no Parecer e Projeto sôbre a *Reforma do Ensino Secundário e Superior* e a *Reforma do Ensino Primário*; o jurista e o advogado, n' *O Estado de Sítio, sua natureza, seus efeitos, seus limites*, traduzido em seis línguas, n' *Os actos inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal*, n' *Anistia inversa*, n' *O direito do Amazonas ao Acre setentrional*, em todos os quais fala o sumo pontífice do nosso constitucionalismo; o orador e o conferencista, nos seus *Discursos e Conferencias*, no seu *Discurso do Colégio Anchieta*, no seu *Contra o Militarismo*, na conferência sôbre Oswaldo Cruz e ainda na conferência *A Imprensa e o dever da verdade* e na *Oração aos Moços*; o diplomata e o internacionalista, nos *Atos e Discursos de Rui Barbosa*, na segunda conferência da Paz, em Haia, nos *Problemas do Direito Internacional*, com que denominou a grande conferência pronunciada em Buenos Aires, escrita por êle em português e traduzida para o castelhano por Manuel Bernardes, ministro do Uruguai, a qual, como dizia João Mangabeira, vinte e quatro horas depois, tinha fama universal, e n' *A Grande Guerra*, onde compendiou os cinco longos e célebres discursos que sôbre a Guerra de 1914-1918 proferiu no Senado; o civilista, no *Parecer sôbre o Código Civil* e na *Posse dos Direitos pessoais*; o filólogo, na *Réplica*; o ensaista, nas *Cartas da Inglaterra*; o escritor de raça, em *Castro Alves, Elogio do Poeta, O Marquês de Pombal, José Bonifácio, Swift*, estudo literário pre-

fixo à versão das *Viagens de Guliver*, tudo sem falar no jornalista, de que já falámos, de atividades intelectuais em parte consubstanciadas nos cinco volumes já publicados da *Queda do Império* e nos dezoito que devem compreender os artigos d'*A Imprensa* dentro do plano aprovado para a publicação das suas obras completas, e bem assim no criador dessas páginas de arte fina e inimitável, que Batista Pereira enfeixou na *Coletânea Literária*, de Rui Barbosa, arte que se sublima e quintessencia nesses artigos de fundo que se chamaram *A Difamação*, que, segundo Olavo Bilac, era sua obra prima no jornalismo, *A Lição das Esquadras*, *O Justo e a Justiça Política*, *Prece de Natal*, *Surrexit*, *Pornéia*, *O Direito da vaia*, *A Velha Messalina*, *Conspiração das Consciências*, *A Rebenqueida* e nesses trechos encontráveis em discursos seus e que se nomearam: *O Carangueijo*, *O Estouro da Boiada*, *A Couve e o Carvalho*, *Retórica ou Eloquência*, *Caim*, *As andorinhas de Campinas*, *Bustos e Estátuas*.

Perfulgente afirmação do artista da palavra escrita, que êle foi, soberanamente, de modo a haver quem veja nesse aspecto do seu talento a sua característica primacial, leiamos, senhores, dentre todo êsse opulentíssimo acervo, o rápido trecho a que Rui deu esta significativa designação — *A Couve e o Carvalho*: “Enquanto Deus nos dê um resto de alento, não há que desesperar da sorte do bem. A injustiça pode irritar-se; porque é precária. A verdade não se impacienta; porque é eterna. Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje ou para quando. O caso é que os seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo no futuro. Aqueles cavam para si mesmos. Êstes lavram para o seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano”.

Por sinal, diga-se entre parêntese, que os estudantes de São Paulo, inspirados nesse trecho, plantaram um carvalho cívico.

E' o que se acha no jardim do Anhangabau, defronte do Teatro Municipal.

Senhores :

Rui Barbosa não perdeu o ideal. Na sua contemplatividade, depois de perguntar: "Se vos eu dissesse que o ideal é a parte mais grave da realidade humana", e de dizer "que o ideal não se define; enxerga-se por clareiras que dão para o infinito: o amor abnegado; a fé cristã; o sacrifício pelos interêsses superiores da humanidade; a compreensão da vida no plano divino da virtude; tudo o que alheia o homem da própria individualidade, e o eleva, o multiplica, o agiganta, por uma contemplação pura, uma resolução heróica, ou uma aspiração sublime", acrescentou o conspícuo idealista: "Disse o Cristo que o homem não vive só do pão. Sim; porque vive do pão e do ideal. O pão é o ventre, centro da vida orgânica. O ideal é o espírito, órgão da vida eterna. Entendei, como quizerdes, a eternidade e a espiritualidade. Se debaixo de uma ou de outra forma, que será o ideal mais ou menos celeste, mais ou menos terreno, não as admitirdes, tereis reduzido os entes racionais à animalidade".

Em Rui Barbosa, Senhores, o ideal era múltiplo, porque se desdobrava em muitos ideais, índices, todos, de uma civilização superior com que êle, patriòticamente, sonhou dotar o Brasil: o ensino próspero e eficiente na sua verdade e moralidade; a liberdade indestrutível e inalienável dentro da constituição e das leis; o direito considerado uma coisa sagrada e imperiosa, intangível e inviolavel, onde quer que se manifeste, na maior como na menor das criaturas; a justiça, corajosa e intemerata, nunca deixando impessoalmente de aclamar o direito, garantir a liberdade, resguardar as leis, e arrostando, sempre que necessário, sem considerar circunstâncias nem medir consequências, a fôrça e o poder; a democracia, enfim, como o "regime da liberdade, limitada pelo

direito”, “sistema único, até hoje descoberto, que consagra e consorcia êsses dois princípios, êsses dois valores morais, inerentes e essenciais à dignidade da pessoa humana.”

Êsses alevantados ideais, pregou-os Rui Barbosa apostolarmente, sempre que as ocasiões o asaram ou impuseram, no artigo como na conferência, no discurso, assim na tribuna do parlamento, como na tribuna popular e na tribuna judiciária, em manifestos ou plataformas, em suma, tôda a vez que teve de falar ao país, ainda mesmo, e com mais veras, nas suas conjunturas mais pressagas e perigosas, com sacrifício da própria vida.

Êle disse, referindo-se ao seu amor à liberdade: “Liberdade! entre tantos, que te trazem na bôca, sem te sentirem no coração, eu posso dar testemunho da tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho; porque, no fundo da minha consciência, eu te vejo incessantemente como estrêla no fundo obscuro do espaço. Nunca te desconheci; nem te trairei nunca; porque a natureza impregnou dos teus elementos a substância do meu ser. Teu instinto derivou para êle das origens tenebrosas da vida no temperamento inflexível de meu pai; entre as mais belas tradições da tua austeridade oscilou o meu berço; minha juventude embebeu-se na corrente mais cristalina da tua verdade; a pena das minhas lides aparou-se no fio penetrante do teu amor, e nunca se imbuiu num sofisma, ou se dissimulou num subterfúgio, para advogar uma causa, que te não honrasse.

De pôsto em pôsto, a minha ascensão na vida pública se graduou invàriavelmente pela das tuas conquistas; as vicissitudes da minha carreira acompanharam o diagrama das alternativas do teu curso; ...renunciei por ti as galas do poder, suspiradas por tantos, com que êle me acenou; sòzinho, sem chefes, nem soldados, tive por ti a fé que transpõe montanhas; ousei pôr na funda de jornalista pequenino a pedra, de que zombaram os gigantes; aos ouvidos do velho rei, sacrificado pela família, pela côrte, pelas facções, vibrei nos teus acentos o segrêdo da sua sal-

vação e a profecia da sua ruína; na República saudei a esperança do teu reinado; quando a República principiou a desgarrar do teu rumo, enchi do teu clamor a imprensa, o parlamento, os tribunais; e, porque eu quisera fundar assim uma escola, onde te sentasses, para ensinar aos nossos compatriotas o exercício viril do direito, ouvi resoarem-me no encalço, convertidos em grita de perseguição, os cantos heróicos de civismo extraídos outrora do bronze da tua égide pelos que combatiam a monarquia à sombra da tua bandeira”.

Em outra parte dêsse *hino à liberdade*, assim batisado por Batista Pereira, ainda disse Rui Barbosa: “Senhoras de si mesmas, na acepção verdadeira da palavra, são unicamente as nações que te praticam sem óbices nem reservas; pois só onde a unidade humana for livre, a coletividade humana pode ser consciente. Os que falam nas tuas demasias esquecem que não te poderás desregrar senão quando fores impura, ou não sejas completa, e, onde te observarem por igual no desenvolvimento simultâneo de todos, não há meio de contrariar o de ninguém.

Aí está porque eu te advoguei para a consciência e para a palavra, para o ensino e para o culto, para a imprensa e para o *meeting*, para a opinião e para o voto, e, depois de ter lidado com os que te deram ao negro, entendendo que os emancipadores necessitavam de ser emancipados, expus-me à revolução, quando nos negaram a reforma, certos de que as instituições, em que te encarnamos, inaugurariam entre nós uma era de sinceridade.”

Tudo isso que, em 1897, proferiu na sua conferência no Politeama baiano não cessou de bradar pelo tempo adiante, — *clama, clama, ne cesses*—sempre com a mesma convicção e veemência, e tôda vez que lhe foi dado denunciar aos seus concidadãos, numa como que lição de coisas, a opressão e a ditadura, fôsse qual fôsse a sua proveniência.

Ideólogo da sacrossanta causa do ensino, teve Rui Barbosa para ela estas palavras: “Ao nosso ver, a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta e só esta — a ignorância po-

pular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação; eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país. Para o vencer, releva instaurarmos o grande serviço da “*defesa nacional contra a ignorância*”, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo intransigentemente à tibieza dos nossos governos o cumprimento do seu supremo dever para com a pátria. Pertencendo ao continente americano, temos tido até hoje a desdita de acharmo-nos inteiramente fora do ambiente das idéias que têm sido o segrêdo da preservação da grandeza da heróica república do norte, cuja civilização deslumbra o mundo. Os patriarcas, os pais da independência americana, como lhes chama o reconhecimento filial do povo, tinham a mais nítida intuição de que a cultura da alma humana é o primeiro elemento, não só moral, como *econômico e político* da vida de um Estado”.

As idéias de Rui Barbosa a respeito da magna questão, além de “amplamente desenvolvidas nos dois grandes pareceres parlamentares de 1882”, ainda agora da mais palpitante verdade, constituem um dos substanciosos capítulos do seu programa de govêrno, na memoranda campanha civilista.

Da justiça, de que foi, tôda a vida, persistente, indefesso e pervígil propugnáculo, Rui Barbosa disse: “. . . todo bem, de que vive um povo civilizado, se resume neste elemento de confiança, a que se chama *justiça*. Porque é que o dia é azul? Porque é que a noite é estrelada? Porque é que a natureza resplandece em maravilhas de fôrça, graça e fecundidade? E’ porque as vibrações do ar impalpável, que compõem a atmosfera, e as ondulações do éter hipotético, que ocupa o espaço infinito, não cessam de conduzir silenciosamente até à retina dos nossos olhos, até ao tecido dos nossos pulmões, até ao solo do nosso planeta, a luz, o calor e a vida. Suprimi êsse ar, que se não vê, êsse éter, que se não colhe; e a terra, estéril, apagada e cega, rolará às escuras pela imensidade. E’ a imagem de uma sociedade, de onde

se extinguiu a justiça, com a diferença para pior na esfera moral, de que as trevas em cujo seio se precipita a sua queda não cobrem um mundo morto, mas um mundo que se mata, uma raça que perdeu a visão do direito, mas adquiriu o faro da carniça, uma chusma confusa e odiosa, que esfervilha no lodo e no sangue, tomando as alucinações do seu instinto por claridades da razão”.

No seu credo político, por onde — na apreciação de Batista Pereira — perpassa um sôpro religioso, e cujas enunciações se diria que as iluminam lampejos bíblicos, Rui Barbosa anuncia, peremptório: “...creio que a federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça; porque da justiça nasce a confiança, da confiança a tranquilidade, da tranquilidade o trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, da opulência a respeitabilidade, a duração, o vigor.”

Êle pensaria, de resto, como Bastiat, que “il n’y a que deux choses qui puissent sauver la société: *la justice et la lumière*”.

A justiça, todavia, em primeiro lugar, antes do próprio saber, ou do próprio conhecimento.

Rui Barbosa, observando que “uma tradição cara ao povo americano conta que o Sino da Liberdade, cujos sons anunciaram em Filadélfia o nascimento dos Estados Unidos, inopinadamente se fendeu, estalando, pelo passamento de Marshall”; que “era uma dessas casualidades eloquentes em que a alma ignota das coisas parece lembrar misteriosamente ao homem as grandes verdades esquecidas” e que “o maior dos oradores não podia falar mais eloquentemente daquela morte do que o instrumento de alegria, com que se saudara em alvorôço o berço da nação, partindo-se tristemente sôbre o túmulo do maior dos seus juizes”, conclui: “E’ que a existência das repúblicas se mede pela existência da justiça”.

Falando, na Faculdade de Direito de S. Paulo, êle disse, outrossim, da justiça, como elemento de vida, como necessidade

essencial da nação: “Este país viverá, se crer na justiça, e a organizar, e a praticar, e a santificar, e a invulnerabilizar. Se não, rapidamente passará da desordem à anarquia, da anarquia ao caos, do caos à fermentação, da fermentação à deliquescência, até que aluviões estranhos, não deixando já do Brasil actual nem o nome, venham, em camadas sucessivas, cobrir e sanear a necrópole de uma raça perdida, porque se não terá sabido conciliar com a justiça numa idade, onde, abolida a justiça, não há, para os fracos, outra sorte que a de prêsas e carniças entre as rivalidades dos fortes”.

De mais a mais, a justiça salvadora, para Rui, teria de ser uma justiça independente e corajosa, mesmo porque, no seu juízo, o bom ladrão se salvou, mas não se salvará o juiz covarde; uma justiça imune aos manejos e às tricas da politicalha; uma justiça desempecida de afilhadismos e compadrios; uma justiça que não distingue entre os litigantes — o particular ou o Poder Público—para lhes aplicar tratamento diverso; uma justiça cuja proteção “não conhece precipícios nem alturas, não varia dos palácios às choupanas, dos tronos às enxovias”; uma justiça que “acompanha o réu no tribunal, o prêsas no cárcere, o próprio condenado no patíbulo, enquanto, com o último alento ainda não respirado, lhe resta a hipótese de um apêlo, a emergência de um êrro descoberto, o imprevisto de uma reabilitação extrema”; uma justiça que “aos piores criminosos, ao infanticida, ao parricida, ao regicida, aos autores dos atentados mais subversivos, aos que conspiram contra as constituições, aos que empunham armas contra o Estado, aos que se arguem de traição à pátria, estende a égide da lei contra as iras do poder, da multidão, ou da própria humanidade revoltada”; uma justiça sempre solícita e pronta, pois que, segundo êle, “justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”; uma justiça que timbre em se pôr em contacto com os que a pleiteiam, ouvindo a todos com “desprevenção, doçura e serenidade”; uma justiça, em suma, humana, tendo em conta os preceitos da boa moral,

distribuindo sempre e com a mais rigorosa imparcialidade, a cada um o que é seu — *suum cuique tribuendi*.

Esse ideal da justiça, dificilmente atingível entre nós, dados os nossos hábitos e a nossa educação, Rui o expressou e pregou, impenitentemente, através de tôda a sua obra de político, de jornalista, de jurista, de escritor.

Do direito, cuja vida dramática ninguém como êle viveu, Rui Barbosa fêz a apologia, assegurando que “o seu trato usual, o hábito do seu estudo, a influência penetrante da sua assimilação, nos acostumam a viver na razão, na lógica, na equidade, na moral, nos ensinam e predispõem a desprezar a fôrça”.

Noutra ocasião, ainda falou dêle, evangelizando: “Bem disse o gênio da visão jurídica, o grande Von Ihering, a uma de cujas mais sublimes inspirações devemos o evangelho da *Luta pelo Direito*: “Dever é de todo homem para consigo mesmo combater, por todos os meios de que disponha, o menospreço do direito na sua pessoa. Deixe que o tolere, deixará penetrar na sua vida um elemento de ilegalidade; coisa para que ninguém deve concorrer”.

E ainda de outra feita: “Perto de quatrocentos anos antes da nossa era, já os coríntios, testemunhas das alternativas da sorte da fôrça, diziam aos atenienses: “O caminho real da conveniência é o caminho do direito”. Esta é a verdade ainda hoje.” E acrescentava: “Não há, porém, civilização nacional, enquanto o direito não assume a forma imperativa, traduzindo-se em lei. A lei é, pois, a divisória entre a moral pública e a barbaria. O regime, que dela se alonga, rompe com os seus interêsses essenciais, absorvendo o germen deletério, que o decomporá”.

E, quanto à Democracia, como se manifestou Rui Barbosa?

Ela constituiu um dos capítulos do seu credo político. Aí, assentou êle, clara e formalmente: “creio no govêrno do povo pelo povo”. Mas a Democracia só a considerava legítima, em verdade, o grande brasileiro, quando disciplinada pela lei e aliçada na liberdade.

A Democracia mesma, não disciplinada pelo direito, — são palavras de Rui Barbosa — é apenas uma das expressões da fôrça, e talvez a pior delas”.

São ainda palavras suas: “ A Democracia, se por Democracia entendemos o govêrno livre da nação pela nação, ou, na definição de Alcebiades, “tôda organização do poder avêssa ao despotismo”, depende, visceralmente, mais do que qualquer outro sistema político, dêsses princípios abstratos (as leis), dessas formas tradicionais, único elemento de estabilidade e confiança, único valedouro do indivíduo e da sociedade contra as agitações e surprêsas de um regime onde não há outro dique à ambição”.

E, encarando as relações da Democracia com a Liberdade, pontificou: “A Democracia, que te nega ou te cerceia, engoda os povos com o chamariz de uma soberania falsa, cujo destino acaba sempre às mãos das facções, ou dos aventureiros que a exploram”.

Rui Barbosa, — não se deixe de dizer — procurou dar vida e realização aos verdadeiros e sãos princípios democráticos, empenhando-se, com coragem, desassombro e decisão, nessa Campanha Civilista, que, como diz João Mangabeira, “assinala o comêço da prática da Democracia pelo exercício do voto conquistado nos comícios populares”.

Senhores: — Tudo que deixamos dito evidencia, de maneira incontestável, quanto Rui Barbosa era verdadeiro, assim se nos auto-sintetizando: “Estremeceu a pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal”.

São estas, realmente, as três faces da sua vida, como êle afirmou, e, como êle ainda afirmou, são os três aspectos em que se poderia compendiar o bem e o mal da vida humana.

Ministério da Educação e Saúde
FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ
21 SET 1949
BIBLIOTECA

.....

Emquanto Deus nos dê um resto de alento, não ha que desesperar da sorte do bem. A injustiça pode irritar-se; porque é precária. A verdade não se impacienta; porque é eterna. Quando praticamos uma acção boa, não sabemos si é para hoje ou para quando. O caso é que os seus fructos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro. Aquelles cavam para si mesmos. Estes lavram para o seu paiz, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano.

.....

Rui Barbosa (A Couve e o Carvalho)